

A AÇÃO POLÍTICA DOS INTELLECTUAIS NA IMPRENSA (1956-1964).

Tatyana de Amaral Maia

A proposta deste artigo é discutir a ação política dos intelectuais da educação através da imprensa entre 1956 e 1964. Trata-se de investigar o papel da imprensa como veículo de debate entre os grupos que disputavam o controle no setor educacional, ou seja, o grupo liderado por Anísio Teixeira no interior do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e o grupo católico. Essa análise nos permitirá compreender a capacidade de mobilização política desses intelectuais e, em que medida, conseguiram interferir nos processos decisórios, especialmente, na Lei de Diretrizes e Bases sancionada em 1961. Para tal, serão utilizados os editoriais e artigos publicados nos principais jornais do país que detalharam as ações políticas em torno da educação. Dessa forma, buscamos avaliar a capacidade de materialização do projeto por eles defendido.

As lideranças educacionais daquele período – Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Darcy Ribeiro e Jayme de Abreu – participavam diretamente do aparato estatal, especialmente, no controle do INEP, considerado um supraministério por ser responsável pela distribuição do orçamento da União para o setor educacional. Tal fato fez com que a direção do INEP fosse um cargo importante dentro do Ministério: Anísio Teixeira era o responsável pela distribuição das verbas, além de participar diretamente da organização da agenda do Ministro e de estar ao seu lado em vários momentos políticos. O próprio Anísio Teixeira foi cotado para assumir o Ministério no início do governo Jânio Quadros, mas as pressões políticas em torno do cargo parecem ter inviabilizado tal acontecimento.

O trânsito destas lideranças junto à cúpula governamental e às instituições ligadas à educação tornou-se fundamental durante as disputas políticas pela definição das diretrizes e dos objetivos da área cultural. Nesse caminho, o apoio da imprensa, as relações com o legislativo e a contribuição de outros nichos intelectuais foram centrais na organização de movimentos favoráveis ao projeto educacional defendido por esses atores.

O ano de 1958 tornou-se um marco nos debates educacionais do período 1945-1964. Os bispos católicos do Rio Grande do Sul enviaram um Memorial ao Presidente da

República Juscelino Kubitschek solicitando o afastamento do educador Anísio Teixeira do INEP e de todos os seus assessores do MEC. Os bispos receberam o apoio do deputado Carlos Lacerda que passou a promover um insistente ataque ao educador baiano e sua equipe até o golpe militar. A imprensa tornava-se, então, o palco privilegiado dos ataques, acusações, defesas, manifestos, monções, debates etc.

O arcebispo gaúcho Dom Vicente Scherer, principal opositor do grupo de Anísio Teixeira, utilizará a imprensa como meio para acusar o educador baiano e sua equipe de materialistas políticos e marxistas. Para o arcebispo, estes intelectuais representavam uma ameaça ao país ao proporem uma educação laica e de orientação estatal. A defesa da escola pública e do ensino religioso facultativo era considerada pelos católicos uma clara orientação comunista e desvirtuava dos ideais históricos da sociedade brasileira.

Dom Vicente Scherer, aproveitando as comemorações pela passagem do 11º aniversário de sua sagração, discursava, no dia 23 de fevereiro de 1958, na Catedral Metropolitana, sobre a questão educacional. O discurso intitulado “Pela liberdade do ensino” dirigia-se abertamente ao Ministro da Educação Clóvis Salgado afirmando que era preciso observar a força de grupos ateístas que promoviam “a ação destruidora das forças da negação e do mal.” O arcebispo alertava para a ação desse “grupo poderoso”, que no interior do Ministério da Educação, renunciava à “consciência cristã e católica do País” e promovia a laicização do ensino e o materialismo da vida, através de uma “campanha ardilosa” contra o ensino privado, ou seja, o ensino promovido pelas instituições católicas. O arcebispo defendia que cabia às famílias o direito natural e inalienável de decidirem sobre a educação dos filhos. Portanto, ao Estado ficaria a responsabilidade de garantir a liberdade de escolha dos pais, ficando interdita qualquer tentativa estatal de sobrepor-se aos desejos familiares.

“Decorre daí um primeiro e fundamental aspecto da liberdade escolar: a livre escolha da escola por parte dos pais. Os direitos da família são anteriores e superiores aos do Estado e da comunidade política que se constitui pela união de famílias existentes antes dele.”¹

Durante o discurso de Sherer ficava clara sua preocupação de como as disputas ideológicas no cenário internacional poderiam afetar o país; contudo, duas ações da União foram motivadoras daquela ação política do arcebispo: primeira, a mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional sobre o papel da escola pública e, segunda, o congelamento pela COFAP das anuidades escolares, interpretados como hostilidade de certos grupos ao ensino particular. Para ele, era inaceitável que o Ministério da Educação não garantisse as verbas necessárias para a manutenção das escolas privadas e privasse os pais da livre escolha sobre a educação de seus filhos.

Nos dias 14 e 17 de abril, o *Jornal do Comércio* publicava a resposta de Anísio Teixeira às acusações expressas no Memorial. O educador começava explicando que não havia perseguição contra o ensino particular, já que o governo auxiliava a iniciativa privada com verbas consideráveis. Na tentativa de esvaziar o Memorial dos eclesiásticos gaúchos, Anísio Teixeira irá desmembrar todas as suas citações publicadas naquele documento, salientando o caráter democrático e reformista de seu pensamento, justificando sua ação à frente do INEP como orientada pelas decisões da OEA e da UNESCO e ressaltando que tais premissas tiveram a aprovação do delegado do Vaticano e do papa. O educador afirmava claramente que era contra: a situação de analfabetismo que assolava milhões de brasileiros, o ensino elitista e excludente, o menosprezo do Estado pela educação primária etc. Todas essas denúncias de Anísio Teixeira sobre a situação do país eram iniciadas pelos verbos “chocar”, “contristar”, “revoltar”, “escandalizar” e “lamentar”, sugerindo a indignação do educador pela situação lastimável em que se encontrava a população brasileira em idade escolar e sua preocupação aparentemente voltada mais para questões práticas do que para os debates ideológicos. Em seguida, o educador definia sobre o que era a favor: a escola primária organizada em seis anos, o ensino médio, a educação para o desenvolvimento e o governo aplicando os recursos de tal forma que garantisse o ensino básico tal como previa a Constituição.²

Durante todo aquele período conturbado, Anísio Teixeira fez questão de frisar o caráter de ordem e progresso de sua obra. Manteve-se firme às críticas ao caráter verbalístico e enciclopedista do sistema de ensino que, voltado para uma elite, excluía de seu aparelho a formação do homem comum. Ainda naquele ano, ele publicou quatorze artigos dedicados somente à questão educacional, reiterando suas idéias sobre o papel da educação no mundo moderno e o arcaísmo da escola brasileira. Nos artigos publicados por Anísio Teixeira, observamos a discussão de questões já bastante tratadas pelo educador. O objetivo era esclarecer a opinião pública sobre suas idéias e como elas deveriam ser implementadas.

Os artigos demonstram como no campo da batalha política os intelectuais da educação utilizaram conceitos abstratos como modernidade, democracia e cultura para a valorização da educação como instrumento de consolidação do sistema organizacional capitalista. Dessa forma, adotaram como tática política, o discurso dos valores culturais modernos como garantia do desenvolvimento da sociedade brasileira e do fortalecimento do modelo político democrático.

Anísio Teixeira fazia questão de separar as entrevistas concedidas para responder às acusações que vinha sofrendo àquelas dedicadas apenas à problemática educacional. Na tentativa solucionar a incrível confusão organizada pelos bispos gaúchos, o educador escreveu a Dom Augusto, importante clérigo baiano, agradecendo-lhe os votos da Páscoa e insistindo no caráter democrático de suas idéias e propósitos. O educador reafirmava a inexistência no interior do INEP de qualquer hostilidade à escola privada e ressalta que seu cargo não possibilitava ações da esfera executiva, apenas prestava esclarecimentos e sugestões.

“Não há no Ministério, nem no INEP, nenhuma hostilidade à escola particular. De minha parte, gostaria de vê-la mais independente, mais verdadeiramente particular, mais diversificada da escola pública e em franca emulação com esta. (...) Se os que me julgam, conhecessem um pouco melhor o ensino inglês e o americano, veriam que minhas idéias

se filiam realmente ao ensino anglo-saxônico. Estou hoje convencido de que a sabedoria das instituições inglesas ou americanas está presa à premissa da confiança no homem.”³

A tentativa de afastar Anísio Teixeira da direção do INEP e da CAPES mobilizou vários grupos intelectuais que exigiam a sua permanência e atestavam a importância do educador na esfera pública, concluindo que Anísio contribuíra para o desenvolvimento de políticas dedicadas aos setores científicos e tecnológicos do país, logo, ele era considerado um representante incontestável da luta pelo progresso da ciência. Uma outra moção foi assinada por vários cientistas brasileiros e publicada no *Jornal do Comércio*, em 20 de abril, dentre os quais citamos César Lattes, José Leite Lopes, Jaime Tiomno, Cristóvão Cardoso, Darcy Ribeiro, Oracy Nogueira, Mário Vianna Dias etc. Além desses cientistas, foi publicado um manifesto com o nome de cento e nove intelectuais como Gilberto Freyre, Agripino Grieco, Manuel Bandeira, Olegário Mariano, Cassiano Ricardo, Rachel de Queiroz, entre outros. Até o escritor católico Afrânio Coutinho participou da defesa pública ao educador. Ele conclamava a Associação Brasileira pela Liberdade da Cultura a se mobilizar em apoio ao educador. A Associação Brasileira de Educação (ABE), a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Associações de classe do magistério paulista, os professores da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) também publicaram moções em diversos jornais, e várias personalidades políticas enviaram telegramas à imprensa, como Otávio Mangabeira, a favor da permanência de Anísio Teixeira no INEP.⁴

Com a repercussão provocada pelo Memorial dos bispos e as mensagens de apoio ao educador, o Deputado Fonseca e Silva afirmou que a intenção dos católicos não era provocar a demissão de Anísio Teixeira. O deputado disse desconhecer um movimento em prol do afastamento do “ilustre homem público”, o diretor do INEP Anísio Teixeira. O deputado afirmava que o Memorial visava apenas advertir às autoridades e à opinião pública sobre a “Campanha do Absolutismo do Estado Pedagógico” orientada contra a escola privada.⁵

No meio desse turbilhão de acusações e defesas, despejadas na opinião pública através da imprensa, uma personagem irá demarcar seu espaço no debate educacional: o deputado federal Carlos Lacerda. O deputado não tinha em seu histórico muitas manifestações sobre o setor educacional. A educação não parecia causar-lhe grandes interesses; entretanto, parece que o burburinho na imprensa e o acirramento das disputas despertaram no parlamentar a atenção pelas causas educacionais.

Carlos Lacerda publicava um artigo, em 6 de junho de 1959, no jornal *Tribuna da Imprensa* definindo os intelectuais dirigidos por Anísio Teixeira como “os donos da educação”. O discurso de Lacerda era contundente e tinha como alvo principal o educador Anísio Teixeira, acusando-o de corroborar a ineficiente rotina do Ministério da Educação.

O ataque ao educador abriu espaço na imprensa para Lacerda apresentar seu próprio projeto da LDBEN. Em 1958, o deputado enviou à Câmara um substitutivo ao projeto elaborado na gestão do Ministro da Educação Clemente Mariani, durante o governo Dutra. O substitutivo apresentado por Lacerda tornava-se a fonte dos principais debates entre 1958 e 1961.

Os representantes do Ministério da Educação condenavam o substitutivo Lacerda pelos altos custos de seu projeto educacional – em torno de quarenta e dois milhões de cruzeiros anuais. Contudo, Lacerda contra-atacava afirmando que a construção de Brasília era um desperdício absurdo, enquanto seu projeto buscava garantir o desenvolvimento efetivo do país. O projeto apresentado por Carlos Lacerda tinha como principais propostas a equiparação do ensino público e privado, garantido pelo direito de escolha da família; o fim do “controle” público sobre as instituições privadas; representação das escolas privadas nos órgãos de direção do ensino do Governo Federal; manutenção do ensino primário em quatro anos; fixar as regras para o financiamento a qualquer estabelecimento de ensino através do Conselho Federal de Educação.

Os jornais noticiavam que o país aguardava há treze anos por uma nova LDBEN que garantisse educação à população brasileira. O projeto apresentado pelo Ministro Clóvis Salgado, que recebeu um grande impulso no ano de 1959, agora entrava em disputa com o

substitutivo Lacerda, representado por duas tendências: a primeira, o controle estatal e a segunda, a livre iniciativa subsidiada e disciplinada pelo governo. A imprensa publicava dezenas de dados estatísticos fornecidos pelo INEP, na tentativa de denunciar o equívoco da legislação brasileira que despendia inúmeros recursos financeiros no nível secundário e superior e relegava a educação primária ao segundo plano num país com alto índice de analfabetismo.

O substitutivo de Lacerda encontrava-se nas mãos da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para uma análise detalhada. Durante o XVI Congresso Metropolitano de Estudantes, no qual participaram Anísio Teixeira, o deputado Santiago Dantas e o Ministro da Educação Clóvis Salgado, o embate entre os dois grupos foi inevitável. Enquanto o educador baiano acusava o projeto de lei de ser um retorno ao período colonial onde um grupo particular detinha o poder público e privado, o deputado Santiago Dantas afirmava que o projeto de lei apresentado na Câmara era o mais democrático possível ao estabelecer o paralelismo entre o ensino público e o particular, respeitando a Constituição. Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Jayme de Abreu condenaram, durante três horas, o substitutivo Lacerda e defenderam arduamente o projeto apresentado pelo Ministério.

Anísio publicou vários artigos e concedeu diversas entrevistas sobre a importância da nova legislação, condenando o substitutivo Lacerda e buscando o apoio da opinião pública para o projeto do MEC. Aproximando-se da atmosfera intelectual dos anos 50, onde as matrizes dualistas foram a base das leituras sobre as condições sociais do Brasil, o educador propôs o modelo de ensino escolanovista como solução aos desafios do país e à superação dos arcaísmos. Anísio, assim, como outros intelectuais do INEP, acreditava que a superação do atraso econômico e do autoritarismo político ocorreria através da difusão da cultura pela escola pública.

A Lei Nacional de Diretrizes e Bases foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República em 20 dezembro de 1961, sendo recebida com reservas e restrições pelos intelectuais no interior do MEC.

A retomada dos debates sobre a LDBEN e a utilização da imprensa como mecanismo de mobilização da opinião pública tornavam os discursos de Anísio Teixeira fundamentais no processo de cooptação da sociedade para a defesa do projeto educacional liderado pelo educador. Naquele momento, ficava claro aos participantes da disputa educacional que a mobilização da opinião pública seria fundamental para a aprovação de seus projetos. Ora, foi essa mobilização que garantiu o cargo do educador na direção do INEP, que chegou a ser ocupada por João Roberto Moreira. O governo recuou na demissão de Anísio Teixeira após as dezenas de manifestações públicas a favor do educador. A luta política pela definição das diretrizes educacionais não se definiu apenas pelas pressões advindas da imprensa; contudo, o apoio da opinião pública foi um instrumento importante para as inevitáveis e necessárias demonstrações de força política.

¹ SCHERER, Dom Vicente. Materialismo domina o Ensino Brasileiro. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 24 fev. 1958. Localização do documento: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC - Arquivo Anísio Teixeira - ATj61.

² JORNAL DO COMÉRCIO. O prof. Anísio Teixeira e o Memorial dos Bispos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 14/15 abr. 1958; JORNAL DO BRASIL. Responde aos bispos gaúchos o sr. Anísio Teixeira: diz o que prega e o que combate. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15 abr. 1958 e TEIXEIRA, Anísio. Por uma escola primária séria, honesta e viva. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 16 abr. 1958.

³ TEIXEIRA, Anísio. Carta enviada a Dom Augusto. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1958. IN: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Na Batalha da Educação: Correspondência entre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo (1929-1971)*. Bragança Paulista, EDUSF, 2000. p. 114

⁴ JORNAL DO COMÉRCIO. Cientistas solidários com o prof. Anísio Teixeira. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 20 abr. 1958.

⁵ SILVA, Fonseca e. São Anteriores e Superiores ao Direito do Estado e da Comunidade os da Família. In: DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Moção de Apoio da Associação Brasileira de Educação à atuação do Diretor do INEP. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 22 abr. 1958.